

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Requer ao Ministério da Saúde informação a respeito da realização de ronda de fiscalização no município de Manaus e pressão para distribuição de remédios sem eficácia comprovada contra COVID-19.

O Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministério da Saúde:

- 1) Que pedidos foram realizados pela Secretaria de Saúde de Manaus a este ministério para enfrentamento da pandemia da Covid-19 nos últimos 6 meses?
- 2) Qual a quantidade de medicamentos foi enviado por este ministério para o município de Manaus?
- 3) A respeito da “ronda de fiscalização” realizada em unidades de saúde do município de Manaus: quem são os profissionais que participaram ou participarão dessa atividade, qual a qualificação de cada um deles?
- 4) Requer cópia do ofício enviado pela servidora Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde, à Prefeitura de Manaus.
- 5) Sobre o ofício enviado pela servidora Mayra Pinheiro à Prefeitura de Manaus, requer, também:
 - a) o envio de estudos realizados por este ministério que comprovem a eficácia científica desses medicamentos;
 - b) se o ofício foi enviado para outras secretarias municipais de saúde do Estado do Amazonas ou para outras cidades do país e qual o critério definido por este ministério para o envio a municípios?

Documento eletrônico assinado por Alexandre Padilha (PT/SP), através do ponto SDR_56341, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



JUSTIFICAÇÃO

Utilizo, como justificativa, matéria publicada¹ pelo jornal Folha de São Paulo:

Ministério da Saúde pressiona Manaus e diz ser 'inadmissível' não usar cloroquina contra Covid-19

Enquanto faltam leitos e equipamentos na cidade, pasta faz ronda para difundir 'tratamento precoce'

12.jan.2021 às 9h10

Em meio a uma nova onda de Covid-19, a Prefeitura de Manaus está sendo pressionada pelo Ministério da Saúde do governo Jair Bolsonaro a distribuir remédios sem eficácia comprovada para tratar seus pacientes, como cloroquina e ivermectina.

Além disso, a pasta do ministro Eduardo Pazuello pediu autorização **para fazer uma ronda nas Unidades Básicas de Saúde para encorajar o uso das medicações. A alternativa, não utilizá-las, é tratada como "inadmissível" em documento enviado para a secretaria municipal de Saúde de Manaus (veja abaixo).**

O Painel procurou o Ministério da Saúde na noite desta segunda-feira (11), mas não teve resposta até o momento.

A capital do Amazonas e o estado têm batido recordes de internações e mortes e têm sofrido com a falta de leitos e de equipamentos.

Em ofício encaminhado à Prefeitura de Manaus na sexta-feira (7), o Ministério da Saúde pede autorização para visitar as Unidades Básicas de Saúde destinadas ao tratamento do coronavírus nesta segunda-feira (11) "para que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internamentos e óbitos decorrentes da doença".

"Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo

1 https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/01/ministerio-da-saude-pressiona-manaus-e-diz-ser-inadmissivel-nao-usar-cloroquina-contr-covid-19.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus a não adoção da referida orientação", continua o ofício.

As medicações que têm sido defendidas pelo governo federal, como cloroquina e ivermectina, não têm eficácia comprovada no tratamento do coronavírus.

Em sua nota informativa 17/2020, que contém "orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19", o governo federal sugere um combinado de cloroquina ou hidroxicloroquina com azitromicina para pacientes com sintomas leves, moderados e graves.

O ofício enviado à Prefeitura de Manaus é assinado por Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde. A médica tornou-se conhecida em 2013 por ter hostilizado cubanos que participavam de curso do Mais Médicos. Em 2019, Mayra entrou no governo para cuidar do programa, que mudou de nome.

Em julho de 2020, ela escreveu em suas redes sociais que os governadores e prefeitos de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará eram os responsáveis pelas mortes por coronavírus que aconteceram em suas regiões por impedirem ou dificultarem "o acesso as medicações para tratamento da doença."

O ministro Eduardo Pazuello esteve em Manaus nesta segunda-feira (11) e se encontrou com o prefeito da cidade, David Almeida (Avante), e com o governador do Amazonas Wilson Lima (PSC).

Destinatária do ofício da pasta, Shadia Fraxe, secretária de Saúde de Manaus, diz ao Painel ainda não ter lido o documento, mas que somente distribuirá medicamentos cuja eficácia tenha sido comprovada por estudos científicos e que tenham passado por aprovação dos conselhos regional e federal de medicina.

Ela pondera, no entanto, que entende que as pessoas estejam recorrendo a medicações do tipo em um momento crítico.

"Vivemos uma situação muito diferente em Manaus. Existem muitas pessoas que estão desesperadas querendo tentar de tudo. Não posso tirar isso delas", diz. "Mas essa medicação nem chegou aqui".

"Esses dias têm sido muito difíceis. Nem oxigênio na rede eu estou tendo mais, de tanto que a demanda subiu. As pessoas estão correndo para todos os caminhos", completa.

"Quando falam em 'tratamento precoce' estão falando em hidroxicloroquina, ivermectina. Não tem como dizer que não. Que tem sido usados por muitas pessoas. A internet bombando com esses estudos", afirma Shadia.

"Confio na ciência", diz Shadia, que esteve com Pazuello nesta segunda (11) e diz que a conversa não passou pelo tema do que o governo federal chama de "tratamento precoce".

Ela diz ter perguntado ao ministro sobre a chegada das vacinas. "A vacinação em massa é a nossa grande saída. Preciso receber essa vacina. Foi o que mais eu pedi".

Ela afirma não ter visto como pressão a iniciativa do governo federal de classificar como "inadmissível" o não uso dos medicamentos e de pedir autorização para visitar as UBSs da cidade, relatada a ela pelo Painel.

(grifei e sublinhei)

Diante desses fatos e verificado ser o tema de amplo interesse do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões a teor do quanto disposto no art.116 do RICD, com a urgência que se faz necessária, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 12 de janeiro de 2021.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP